

Sumário

<i>Prefácio</i>	XIX
<i>Nota do Autor</i>	XXI

I Introdução

1	Conceito de Direito Penal	1
2	Caracteres do Direito Penal	2
3	Classificação do Direito Penal	3
3.1	Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	3
3.2	Direito Penal comum e Direito Penal especial	4
3.3	Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo	4
4	Ciências penais e auxiliares do Direito Penal	4

II Fontes do Direito Penal

1	Fontes materiais	7
2	Fontes formais	7
2.1	Fonte formal imediata	7
2.1.1	Lei e norma penal	7
2.1.2	Norma penal em branco	9
2.1.3	Integração da norma penal	9
2.2	Fontes formais mediatas	10
2.2.1	Costume	10
2.2.2	Princípios gerais de direito	11
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal	11

III Interpretação da Lei Penal

I	Interpretação da lei penal quanto ao sujeito	13
I.1	Interpretação autêntica	13
I.2	Interpretação doutrinária	14



1.3	Interpretação jurisprudencial	14
2	Interpretação da lei penal quanto ao modo	14
2.1	Interpretação gramatical	14
2.2	Interpretação lógica	14
3	Interpretação da lei penal quanto ao resultado	14
3.1	Interpretação declarativa	15
3.2	Interpretação restritiva	15
3.3	Interpretação extensiva	15

IV Aplicação da Lei Penal

1	Princípio da legalidade	17
2	Eficácia da lei penal no tempo	18
2.1	Vigência e revogação da lei penal	19
2.2	Conflito de leis penais no tempo	19
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	20
2.4	Ultra-atividade	20
2.5	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais	21
2.6	Tempo do crime	21
3	Eficácia da lei penal no espaço	22
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço	22
3.2	Princípios adotados pelo Brasil	23
3.3	Território	23
3.4	Lugar do crime	25
3.5	Teoria adotada pelo Brasil	25
3.6	Extraterritorialidade	25
3.7	Pena cumprida no estrangeiro	27
4	Eficácia da lei penal em relação a determinadas pessoas	28
5	Outras disposições	30
5.1	Eficácia de sentença estrangeira	30
5.2	Contagem de prazos	31
5.3	Frações não computáveis da pena	31
5.4	Legislação especial	32

V Teoria do Crime

I	Conceito de crime	33
1.1	Sujeito ativo	33

1.2	Sujeito passivo	33
1.3	Capacidade penal	34
1.4	Objeto do crime	34
1.5	Punibilidade	34
1.6	Crime e contravenção penal	34
1.7	Classificação dos crimes	35
	Fato típico	43
2.1	Teoria do tipo	44
2.1.1	Conflito aparente de normas	45
2.2	Conduta	47
2.2.1	Formas de conduta	48
2.2.2	Crimes omissivos próprios	48
2.2.3	Crimes omissivos impróprios	48
2.2.4	Caso fortuito e força maior	49
2.3	Nexo de causalidade	49
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes	50
2.3.2	Superveniência causal	50
2.4	Resultado	51
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado	51
2.5	Crime consumado e crime tentado	52
2.5.1	Consumação	53
2.5.2	Tentativa	54
2.5.3	<i>Iter criminis</i>	54
2.5.4	Cogitação	54
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução	54
2.5.6	Elementos da tentativa	55
2.5.7	Espécies de tentativa	56
2.5.8	Pena da tentativa	56
2.6	Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior	56
2.7	Crime impossível	57
2.8	Crime doloso	58
2.8.1	Conceito de dolo	58
2.8.2	Teorias sobre o dolo	58
2.8.3	Teoria adotada pelo Brasil	59
2.8.4	Espécies de dolo	59



2.9	Crime culposo	60
2.9.1	Cuidado objetivo	60
2.9.2	Previsibilidade	61
2.9.3	Elementos do fato típico culposo	61
2.9.4	Imprudência, negligência e imperícia	61
2.9.5	Espécies de culpa	62
2.9.6	Excepcionalidade do crime culposo	63
2.9.7	Outras questões referentes à culpa	63
2.10	Crime preterdoloso	64
3	Erro de tipo	64
3.1	Conceito de erro de tipo	64
3.2	Espécies de erro de tipo	65
3.2.1	Erro de tipo essencial	65
3.2.2	Erro de tipo acidental	66
3.2.2.1	Espécies	66
3.2.3	Erro sobre o objeto — <i>error in objeto</i>	66
3.2.4	Erro sobre a pessoa — <i>error in persona</i>	67
3.2.5	Erro na execução — <i>aberratio ictus</i>	67
3.2.5.1	Desígnios autônomos	69
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — <i>aberratio criminis (delicti)</i>	70
3.2.7	Erro determinado por terceiro	71
3.2.8	Descriminantes putativas	72
4	Antijuridicidade	73
4.1	Conceito	73
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade	73
4.3	Estado de necessidade	74
4.3.1	Conceito	74
4.3.2	Natureza jurídica	75
4.3.3	Requisitos	75
4.3.4	Causa de diminuição da pena	76
4.3.5	Formas de estado de necessidade	76
4.4	Legítima defesa	77
4.4.1	Conceito	77
4.4.2	Natureza jurídica	77
4.4.3	Requisitos	77

4.4.4	Formas de legítima defesa	78
4.4.5	Legítima defesa subjetiva	78
4.4.6	Legítima defesa sucessiva	79
4.4.7	Legítima defesa recíproca	79
4.4.8	Provocação e legítima defesa	79
4.4.9	Ofendículas	80
4.4.10	Questões interessantes sobre legítima defesa	80
4.5	Estrito cumprimento do dever legal	82
4.6	Exercício regular de direito	82
4.7	O consentimento do ofendido	83
4.8	Risco permitido	83
4.9	Violência desportiva	83
4.10	Excesso punível	84
5	Culpabilidade	85
5.1	Conceito	85
5.2	Elementos da culpabilidade	85
5.3	Imputabilidade	85
5.3.1	<i>Actio libera in causa</i>	86
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade	86
5.3.3	Semi-imputabilidade	90
5.4	Potencial consciência da ilicitude	90
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei	90
5.4.2	Erro de proibição	91
5.5	Exigibilidade de conduta diversa	92
5.5.1	Coação moral irresistível	93
5.5.2	Obediência hierárquica	93
6	Concurso de pessoas	94
6.1	Concurso necessário e eventual	94
6.2	Formas de concurso de agentes	95
6.3	Requisitos do concurso de agentes	95
6.4	Co-autoria	96
6.5	Participação	96
6.6	Formas de participação	96
6.7	Autoria mediata	96
6.8	Autoria colateral	97



6.9	Conivência e participação por omissão	97
6.10	Concurso em crime culposo	97
6.11	Punibilidade no concurso de pessoas	98
6.12	Circunstâncias incommunicáveis	98
6.13	Casos de impunibilidade	99

VI Sanção Penal

1	Introdução	101
2	Espécies de sanção penal	101
3	Pena	101
3.1	Conceito de pena	102
3.2	Finalidades da pena	102
3.3	Características da pena	102
3.4	Espécies de pena	103
3.5	Regimes prisionais	103
4	Penas privativas de liberdade	104
4.1	Espécies de pena privativa de liberdade	104
4.2	Forma progressiva de execução da pena	104
4.3	Regime de pena nos crimes hediondos	105
4.4	Regras do regime fechado	105
4.5	Regras do regime semi-aberto	106
4.6	Regras do regime aberto	106
4.7	Casa do albergado	107
4.8	Prisão-albergue domiciliar	107
4.9	Regime especial	108
4.10	Direitos e trabalho do preso	108
4.11	Superveniência de doença mental	108
4.12	Detração penal	109
4.12.1	Detração em pena restritiva de direitos	109
4.12.2	Detração em pena de multa	109
5	Penas restritivas de direitos	110
5.1	Espécies de penas restritivas de direitos	110
5.2	Natureza jurídica	110
5.3	Características	110
5.4	Duração das penas restritivas de direitos	111

5.5	Impossibilidade de cumulação	III
5.6	Conversão	III2
5.7	Prestação pecuniária	III2
5.8	Perda de bens e valores	III2
5.9	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas . . .	III3
5.10	Interdição temporária de direitos	III4
5.11	Limitação de fim de semana	III4
6	Pena de multa	III5
6.1	Conceito	III5
6.2	Cominação e aplicação	III6
6.3	Pagamento da multa	III6
7	Aplicação da pena	III7
7.1	Circunstâncias do crime	III7
7.2	Circunstâncias judiciais	III8
7.3	Circunstâncias legais	III9
7.4	Circunstâncias agravantes	III20
7.4.1	Aplicação obrigatória	III20
7.4.2	Rol taxativo	III20
7.4.3	Análise das circunstâncias agravantes	III21
7.5	Reincidência	III23
7.5.1	Conceito	III23
7.5.2	Formas	III23
7.5.3	Pressuposto da reincidência	III24
7.5.4	Réu primário e réu reincidente	III24
7.5.5	Efeitos da reincidência	III24
7.5.6	Crimes que não geram reincidência	III26
7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior	III26
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas	III26
7.7	Circunstâncias atenuantes	III27
7.7.1	Aplicação obrigatória	III27
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes	III28
7.7.3	Circunstâncias inominadas	III29
8	Fixação da pena	III29
8.1	Momento judicial de fixação da pena	III30
8.2	Juízo de culpabilidade	III30



8.3	Cálculo da pena	130
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes	131
9	Concurso de crimes	131
9.1	Noções gerais	131
9.2	Sistemas de aplicação da pena	132
9.3	Espécies de concurso	132
9.4	Concurso material	133
9.4.1	Conceito	133
9.4.2	Espécies	133
9.4.3	Aplicação da pena	133
9.5	Concurso formal	134
9.5.1	Conceito	134
9.5.2	Espécies	135
9.5.3	Aplicação da pena	135
9.5.4	Cúmulo material benéfico	136
9.6	Crime continuado	136
9.6.1	Conceito	136
9.6.2	Natureza jurídica	136
9.6.3	Crimes da mesma espécie	137
9.6.4	Requisitos	137
9.6.5	Condições objetivas semelhantes	137
9.6.6	Espécies de crime continuado	138
9.6.7	Aplicação da pena	138
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes	139
9.7	Aplicação da pena de multa	140
10	Limite das penas	140
11	Suspensão condicional da pena	141
11.1	Conceito	142
11.2	Sistemas	142
11.3	Formas	142
11.4	Requisitos	143
11.5	Período de prova	143
11.6	Condições	144
11.7	Revogação do <i>sursis</i>	144
11.7.1	Cassação do <i>sursis</i>	145

11.7.2	Restabelecimento do <i>sursis</i>	145
11.8	Prorrogação do <i>sursis</i>	145
11.9	Questões interessantes	146
12	Livramento condicional	148
12.1	Conceito	149
12.2	Requisitos	149
12.3	Concessão	150
12.4	Condições	151
12.5	Revogação	152
12.6	Restauração do livramento	153
12.7	Prorrogação do livramento	153
12.8	Extinção do livramento	153
13	Medida de segurança	154
13.1	Conceito	154
13.2	Pressupostos de aplicação das medidas de segurança	154
13.3	Espécies de medida de segurança	155
13.4	Aplicação da medida de segurança	155
13.5	Medida de segurança substitutiva	156
13.6	Sistema vicariante	157
14	Efeitos da condenação	157
14.1	Conceito de condenação	157
14.2	Efeitos secundários de natureza penal	158
14.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal	159
15	Reabilitação	159
15.1	Conceito	159
15.2	Prazo para requerimento	159
15.3	Condições da reabilitação	160
15.4	Procedimento da reabilitação	160
15.5	Efeitos da reabilitação	161
15.6	Revogação da reabilitação	162

VII Ação Penal

1	Conceito	163
2	Classificação	163
3	Ação penal pública	164

3.1	Noções gerais	164
3.2	Espécies	164
3.2.1	Ação penal pública incondicionada	164
3.2.2	Ação penal pública condicionada	165
3.3	Ação penal nos crimes complexos	166
4	Ação penal privada	167
4.1	Noções gerais	167
4.2	Espécies	167
4.2.1	Ação penal privada exclusiva	167
4.2.1.1	Ação penal privada personalíssima	168
4.2.2	Ação penal privada subsidiária	168
5	Forma de identificação da ação penal	169

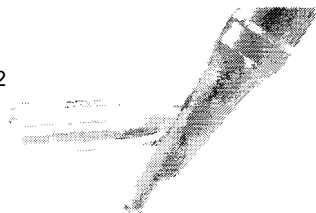
VIII Extinção da Punibilidade

1	Conceito de punibilidade	171
2	Causas de extinção da punibilidade	171
3	Efeitos da extinção da punibilidade	172
4	Rol exemplificativo	172
5	Causas extintivas da punibilidade em espécie	172
5.1	Morte do agente	172
5.2	Anistia	173
5.3	Graça e indulto	174
5.4	<i>Abolitio criminis</i>	176
5.5	Renúncia do direito de queixa	176
5.6	Perdão aceito	177
5.7	Retratação do agente	178
5.8	Casamento do agente com a vítima	179
5.9	Casamento da vítima com terceiro	179
5.10	Decadência	181
5.11	Perempção	181
5.12	Perdão judicial	182
6	Prescrição	183
6.1	Conceito de prescrição	183
6.2	Espécies de prescrição	183
6.3	Prescrição da pretensão punitiva	183



6.4	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	184
6.5	Prescrição da pretensão executória	185
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória	186
6.7	Prescrição intercorrente	187
6.8	Prescrição retroativa	188
6.9	Prescrição antecipada	189
6.10	Redução dos prazos prescricionais	189
6.11	Prescrição das penas restritivas de direitos	189
6.12	Prescrição da pena de multa	190
	<i>Bibliografia</i>	191
	<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	195





Sumário

<i>Prefácio</i>	XV
<i>Nota do Autor</i>	XVII

I Introdução à Parte Especial

II Dos Crimes contra a Pessoa

I	Dos crimes contra a vida	3
I.1	Homicídio	3
I.1.1	Homicídio privilegiado	6
I.1.2	Homicídio qualificado	7
I.1.3	Homicídio culposo	10
I.1.4	Homicídio culposo qualificado	10
I.1.5	Perdão judicial	11
I.1.6	Ação penal	11
I.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	12
I.2.1	Formas qualificadas	14
I.3	Infanticídio	14
I.4	Aborto	16
I.4.1	Auto-aborto	20
I.4.2	Aborto consentido	21
I.4.3	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante	21
I.4.4	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante	21
I.4.5	Aborto qualificado	22
I.4.6	Aborto legal	22
2	Das lesões corporais	24
2.1	Lesão corporal	24
2.1.1	Violência doméstica	28



3	Da periclitaco da vida e da sade	28
3.1	Generalidades	28
3.2	Perigo de contágio venéreo	29
3.3	Perigo de contágio de moléstia grave	30
3.4	Perigo para a vida ou sade de outrem	31
3.4.1	Aumento de pena	32
3.5	Abandono de incapaz	32
3.5.1	Figuras qualificadas pelo resultado	33
3.5.2	Causas de aumento de pena	33
3.6	Exposio ou abandono de recém-nascido	34
3.6.1	Figuras qualificadas pelo resultado	34
3.7	Omissão de socorro	35
3.7.1	Figuras qualificadas pelo resultado	36
3.7.2	Omissão de socorro no Estatuto do Idoso	36
3.8	Maus-tratos	37
3.8.1	Figuras qualificadas pelo resultado	38
3.8.2	Causa de aumento de pena	38
3.8.3	Maus-tratos no Estatuto do Idoso	38
4	Da rixa	39
4.1	Rixa	39
4.1.1	Rixa qualificada	40
5	Dos crimes contra a honra	40
5.1	Generalidades	40
5.2	Calnia	41
5.2.1	Divulgao ou propalao	42
5.2.2	Calnia contra os mortos	42
5.2.3	Exceo da verdade	42
5.3	Difamao	43
5.3.1	Exceo da verdade	44
5.4	Injria	44
5.4.1	Perdão judicial	45
5.4.2	Injria real	46
5.4.3	Injria por preconceito	46
5.4.4	Injria etária	47
5.5	Formas qualificadas	47
5.6	Exclusão do crime	48



5.7	Retratação	50
5.8	Pedido de explicações	50
5.9	Ação penal	51
5.10	Crimes contra a honra na Lei de Imprensa	52
6	Dos crimes contra a liberdade individual	54
6.1	Dos crimes contra a liberdade pessoal	54
6.1.1	Constrangimento ilegal	54
6.1.1.1	Figuras típicas qualificadas	55
6.1.1.2	Concurso material	56
6.1.1.3	Causas especiais de exclusão do crime	56
6.1.2	Ameaça	56
6.1.3	Seqüestro ou cárcere privado	58
6.1.3.1	Figuras típicas qualificadas	59
6.1.4	Redução a condição análoga à de escravo	60
6.1.4.1	Figuras equiparadas	61
6.1.4.2	Causas especiais de aumento de pena	61
6.2	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	61
6.2.1	Violação de domicílio	61
6.2.1.1	Figuras típicas qualificadas	63
6.2.1.2	Causas de aumento de pena	64
6.2.1.3	Exclusão da antijuridicidade	64
6.2.1.4	Contornos da expressão "casa"	65
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência	66
6.3.1	Violação de correspondência	66
6.3.1.1	Generalidades	66
6.3.1.2	Violação de correspondência	66
6.3.1.3	Sonegação ou destruição de correspondência	68
6.3.1.4	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica	68
6.3.1.5	Impedimento de telecomunicação	69
6.3.1.6	Instalação ou utilização ilegais	69
6.3.1.7	Disposições comuns	69
6.3.1.8	Ação penal	70
6.3.2	Correspondência comercial	70
6.4	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	71
6.4.1	Divulgação de segredo	71
6.4.2	Violação de segredo profissional	72



III Dos Crimes contra o Patrimônio

I	Do furto	75
I.1	Furto	75
I.1.1	Furto noturno	77
I.1.2	Furto privilegiado	78
I.1.3	Furto de energia	80
I.1.4	Furto qualificado	80
I.1.4.1	Rompimento de obstáculo	80
I.1.4.2	Abuso de confiança	82
I.1.4.3	Mediante fraude	82
I.1.4.4	Escalada	83
I.1.4.5	Destreza	83
I.1.4.6	Chave falsa	84
I.1.4.7	Concurso de duas ou mais pessoas	85
I.1.5	Furto de veículo automotor	85
I.2	Furto de coisa comum	85
2	Do roubo e da extorsão	86
2.1	Roubo	86
2.1.1	Roubo impróprio	89
2.1.2	Roubo qualificado	89
2.1.2.1	Emprego de arma	90
2.1.2.2	Concurso de duas ou mais pessoas	93
2.1.2.3	Transporte de valores	93
2.1.2.4	Subtração de veículo automotor	93
2.1.2.5	Seqüestro	94
2.1.3	Roubo e lesão corporal grave	95
2.1.4	Latrocínio	96
2.2	Extorsão	98
2.2.1	Extorsão qualificada	101
2.2.2	Extorsão e lesão grave ou morte	101
2.3	Extorsão mediante seqüestro	102
2.3.1	Formas qualificadas	103
2.3.2	Figuras qualificadas pelo resultado	103
2.3.3	Lei dos Crimes Hediondos	104
2.3.4	Delação premiada	104

2.4	Extorsão indireta	105
3	Da usurpação	106
3.1	Alteração de limites	106
3.1.1	Usurpação de águas	106
3.1.2	Esbulho possessório	107
3.1.3	Concurso material	108
3.1.4	Ação penal	108
3.2	Supressão ou alteração de marca em animais	108
4	Do dano	109
4.1	Dano	109
4.1.1	Dano qualificado	109
4.2	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia ...	110
4.3	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico ...	111
4.4	Alteração de local especialmente protegido	112
4.5	Ação penal	113
5	Da apropriação indébita	113
5.1	Apropriação indébita	113
5.1.1	Formas qualificadas	115
5.2	Apropriação indébita previdenciária	115
5.2.1	Figuras assemelhadas	116
5.2.2	Extinção da punibilidade	117
5.2.3	Perdão judicial	118
5.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	118
5.4	Apropriação de tesouro	119
5.5	Apropriação de coisa achada	119
5.6	Apropriação privilegiada	120
6	Do estelionato e outras fraudes	121
6.1	Estelionato	121
6.1.1	Estelionato privilegiado	124
6.1.2	Disposição de coisa alheia como própria	124
6.1.3	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria ..	124
6.1.4	Defraudação de penhor	125
6.1.5	Fraude na entrega de coisa	125
6.1.6	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	126



6.1.7	Fraude no pagamento por meio de cheque	126
6.1.8	Estelionato qualificado	129
6.2	Duplicata simulada	129
6.2.1	Falsificação ou adulteração do registro de duplicatas ..	130
6.3	Abuso de incapazes	130
6.4	Induzimento à especulação	132
6.5	Fraude no comércio	133
6.5.1	Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas ...	134
6.5.2	Fraude no comércio privilegiada	134
6.6	Outras fraudes	134
6.7	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	135
6.8	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> ...	135
6.9	Fraude à execução	136
7	Da receptação	137
7.1	Receptação	137
7.1.1	Receptação simples dolosa própria	138
7.1.2	Receptação simples dolosa imprópria	139
7.1.3	Receptação no exercício de atividade comercial	139
7.1.4	Receptação culposa	139
7.1.5	Receptação privilegiada	140
7.1.6	Receptação qualificada pelo objeto material	141
7.1.7	Receptação e favorecimento real	141
7.1.8	Aspectos controvertidos sobre a receptação	141
8	Das imunidades penais	144
8.1	Generalidades	144
8.2	Imunidades penais absolutas	144
8.3	Imunidades penais relativas	145
8.4	Exceções às imunidades penais	146

IV Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial

I	Dos crimes contra a propriedade intelectual	147
I.1	Violação de direito autoral	147
I.1.1	Reprodução de obra com violação de direito autoral ..	148
I.2	Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	149

1.3	Ação penal	150
2	Dos crimes contra o privilégio de invenção	150
3	Dos crimes contra as marcas de indústria e comércio	150
4	Dos crimes de concorrência desleal	150

V Dos Crimes contra a Organização do Trabalho

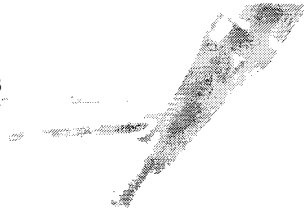
I	Atentado contra a liberdade de trabalho	151
2	Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	152
3	Atentado contra a liberdade de associação	153
4	Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	154
5	Paralisação de trabalho de interesse coletivo	155
6	Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem	156
7	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	157
8	Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho	159
9	Exercício de atividade com infração de decisão administrativa	160
10	Aliciamento para o fim de emigração	161
II	Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	161

VI Dos Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos

I	Dos crimes contra o sentimento religioso	163
1.1	Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	163
1.1.1	Forma qualificada	164
2	Dos crimes contra o respeito aos mortos	165
2.1	Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	165
2.1.1	Forma qualificada	165
2.2	Violação de sepultura	166
2.3	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	167
2.4	Vilipêndio a cadáver	168

<i>Bibliografia</i>	171
---------------------------	-----

<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	175
--	-----



Sumário

<i>Prefácio</i>	XVII
<i>Nota do Autor</i>	XIX

VII Dos Crimes contra os Costumes

1	Dos crimes contra a liberdade sexual	1
1.1	Estupro	1
1.2	Atentado violento ao pudor	3
1.3	Posse sexual mediante fraude	4
1.3.1	Forma qualificada	6
1.4	Atentado ao pudor mediante fraude	6
1.4.1	Forma qualificada	7
1.5	Assédio sexual	7
2	Da sedução e da corrupção de menores	8
2.1	Sedução	8
2.2	Corrupção de menores	10
3	Do rapto	12
3.1	Rapto violento ou mediante fraude	12
3.2	Rapto consensual	13
3.3	Diminuição da pena	14
3.4	Concurso de rapto e outro crime	15
4	Disposições gerais dos crimes contra os costumes	15
4.1	Formas qualificadas pelo resultado	15
4.2	Presunção de violência	17
4.3	Ação penal	19
4.4	Aumento de pena	20
5	Do lenocínio e do tráfico de mulheres	21
5.1	Generalidades	21
5.2	Mediação para servir à lascívia de outrem	21
5.2.1	Figuras típicas qualificadas	22



5.3	Favorecimento da prostituição.....	23
5.3.1	Figuras típicas qualificadas.....	24
5.4	Casa de prostituição.....	25
5.5	Rufianismo.....	27
5.6	Tráfico de mulheres.....	28
5.7	Formas qualificadas e presunção de violência.....	29
6	Do ultraje público ao pudor.....	29
6.1	Disposições gerais.....	29
6.2	Ato obsceno.....	29
6.3	Escrito ou objeto obsceno.....	32

VIII Dos Crimes contra a Família

1	Dos crimes contra o casamento.....	35
1.1	Bigamia.....	35
1.1.1	Bigamia praticada por pessoa não casada.....	36
1.1.2	Exclusão do crime.....	36
1.2	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.....	36
1.2.1	Ação penal.....	37
1.3	Conhecimento prévio de impedimento.....	37
1.4	Simulação de autoridade para a celebração de casamento.....	38
1.5	Simulação de casamento.....	38
1.6	Adultério.....	39
1.6.1	Ação penal.....	40
1.6.2	Perdão judicial.....	40
2	Dos crimes contra o estado de filiação.....	40
2.1	Registro de nascimento inexistente.....	40
2.2	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido.....	41
2.2.1	Causa de diminuição de pena.....	42
2.3	Sonegação do estado de filiação.....	43
3	Dos crimes contra a assistência familiar.....	43
3.1	Abandono material.....	43
3.1.1	Pagamento de pensão alimentícia.....	45
3.2	Entrega de filho menor a pessoa inidônea.....	45
3.2.1	Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	46

3.2.2	Figura qualificada	46
3.2.3	Participação no crime	47
3.3	Abandono intelectual	47
3.4	Abandono moral	48
4	Dos crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela	49
4.1	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	49
4.2	Subtração de incapazes	50
4.2.1	Perdão judicial	51
IX Dos Crimes contra a Incolumidade Pública		
1	Dos crimes de perigo comum	53
1.1	Generalidades	53
1.2	Incêndio	53
1.2.1	Incêndio qualificado	54
1.2.2	Incêndio culposo	54
1.3	Explosão	55
1.3.1	Explosão privilegiada	56
1.3.2	Explosão qualificada	57
1.3.3	Explosão culposa	57
1.4	Uso de gás tóxico ou asfixiante	57
1.4.1	Modalidade culposa	58
1.5	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante	58
1.6	Inundação	60
1.6.1	Inundação culposa	60
1.7	Perigo de inundação	61
1.8	Desabamento ou desmoronamento	62
1.8.1	Modalidade culposa	63
1.9	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	63
1.10	Formas qualificadas de crime de perigo comum	64
1.11	Difusão de doença ou praga	65
1.11.1	Modalidade culposa	66
2	Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos	66
2.1	Perigo de desastre ferroviário	66

2.1.1	Desastre ferroviário	67
2.1.2	Desastre culposo	67
2.1.3	Resultado morte ou lesão corporal	67
2.2	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo	68
2.2.1	Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo	68
2.2.2	Prática do crime com o fim de lucro	69
2.2.3	Modalidade culposa	69
2.2.4	Resultado morte ou lesão corporal	69
2.3	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte	69
2.3.1	Figura típica qualificada	70
2.3.2	Modalidade culposa	70
2.3.3	Resultado morte ou lesão corporal	70
2.4	Arremesso de projétil	71
2.4.1	Resultado morte ou lesão corporal	72
2.5	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	72
2.5.1	Crime qualificado	72
2.6	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico	73
2.6.1	Crime qualificado	73
3	Dos crimes contra a saúde pública	74
3.1	Epidemia	74
3.1.1	Epidemia qualificada pelo resultado	74
3.1.2	Epidemia culposa	74
3.2	Infração de medida sanitária preventiva	75
3.3	Omissão de notificação de doença	76
3.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	77
3.4.1	Entrega a consumo ou depósito para distribuição	78
3.4.2	Envenenamento culposos	78
3.5	Corrupção ou poluição de água potável	78
3.5.1	Corrupção ou poluição culposa	79
3.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	79
3.6.1	Fabricação, venda, exposição à venda, importação, depósito, distribuição ou entrega a consumo	80
3.6.2	Modalidade culposa	81

3.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	81
3.7.1	Importação, venda, exposição à venda, depósito, distribuição e entrega do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	82
3.7.2	Modalidade culposa	83
3.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	83
3.9	Invólucro ou recipiente com falsa indicação	84
3.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	85
3.11	Substância destinada à falsificação	85
3.12	Outras substâncias nocivas à saúde	86
3.12.1	Modalidade culposa	87
3.13	Medicamento em desacordo com receita médica	87
3.13.1	Modalidade culposa	88
3.14	Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica	88
3.14.1	Forma qualificada	90
3.15	Charlatanismo	90
3.16	Curandeirismo	91
3.16.1	Curandeirismo e liberdade de crença e religião (art. 5º, VI, da CF)	92
3.16.2	Curandeirismo qualificado	93
3.17	Forma qualificada	93

X Dos Crimes contra a Paz Pública

1	Incitação ao crime	95
2	Apologia de crime ou criminoso	96
3	Quadrilha ou bando	96
3.1	Quadrilha ou bando armado	98
3.2	Crime hediondo	98
3.3	Delação premiada	99

XI Dos Crimes contra a Fé Pública

1	Da moeda falsa	101
1.1	Moeda falsa	101
1.1.1	Circulação de moeda falsa	102

1.1.2	Figura típica privilegiada	103
1.1.3	Fabricação ou emissão irregular de moeda	103
1.1.4	Desvio e circulação antecipada	103
1.2	Crimes assimilados ao de moeda falsa	103
1.2.1	Figura típica qualificada	104
1.3	Petrechos para falsificação de moeda	104
1.4	Emissão de título ao portador sem permissão legal	105
1.4.1	Recebimento ou utilização de títulos como dinheiro	106
2	Da falsidade de títulos e outros papéis públicos	106
2.1	Falsificação de papéis públicos	106
2.1.1	Uso de papéis falsificados	108
2.1.2	Supressão de carimbo ou sinal indicativo de inutilização	108
2.1.3	Utilização de papéis em que foi suprimido carimbo ou sinal	109
2.1.4	Circulação de papéis recebidos de boa-fé	109
2.2	Petrechos de falsificação	109
3	Da falsidade documental	110
3.1	Falsificação de selo ou sinal público	110
3.1.1	Uso de selo ou sinal falsificado	111
3.1.2	Uso indevido de selo ou sinal verdadeiro	111
3.1.3	Alteração, falsificação e uso indevido de marcas, logotipos, siglas e outros símbolos	112
3.2	Falsificação de documento público	112
3.2.1	Documento público por equiparação	115
3.2.2	Falsidade em documentos e papéis relacionados com a Previdência Social	115
3.2.3	Omissão de dados em documentos relacionados à Previdência Social	116
3.3	Falsificação de documento particular	116
3.4	Falsidade ideológica	118
3.4.1	Abuso de papel em branco assinado	120
3.4.2	Falsificação ou alteração de assentamento de registro civil	121
3.5	Falso reconhecimento de firma ou letra	122
3.6	Certidão ou atestado ideologicamente falso	123
3.6.1	Falsidade material de atestado ou certidão	124
3.6.2	Forma qualificada	124

3.7	Falsidade de atestado médico	124
3.7.1	Forma qualificada	125
3.8	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	125
3.8.1	Uso de selo ou peça filatélica	126
3.9	Uso de documento falso	126
3.10	Supressão de documento	129
4	De outras falsidades	130
4.1	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	130
4.2	Falsa identidade	132
4.3	Uso de documento de identidade alheia	133
4.4	Fraude de lei sobre estrangeiros	134
4.4.1	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	135
4.5	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade	136
4.6	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	137
4.6.1	Causa de aumento de pena	138
4.6.2	Contribuição para o licenciamento ou registro	138

XII Dos Crimes contra a Administração Pública

I	Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral	139
I.1	Conceito de funcionário público	139
I.1.1	Funcionário público por equiparação	140
I.1.2	Casos de aumento de pena	140
I.2	Peculato	140
I.2.1	Peculato-furto	144
I.2.2	Peculato culposo	145
I.2.3	Reparação do dano no peculato culposo	146
I.3	Peculato mediante erro de outrem	146
I.4	Inserção de dados falsos em sistema de informações	147
I.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	148
I.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento ...	149
I.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	150
I.8	Concussão	152
I.8.1	Excesso de exação	154

1.8.2	Excesso de exação qualificado	155
1.9	Corrupção passiva	156
1.9.1	Corrupção passiva qualificada	158
1.9.2	Corrupção passiva privilegiada	158
1.10	Facilitação de contrabando ou descaminho	158
1.11	Prevaricação	159
1.12	Condescendência criminosa	161
1.13	Advocacia administrativa	162
1.14	Violência arbitrária	163
1.15	Abandono de função	164
1.15.1	Abandono de função qualificado	166
1.16	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	166
1.17	Violação de sigilo funcional	167
1.17.1	Figuras assemelhadas	168
1.17.2	Figuras qualificadas	168
1.18	Violação de sigilo de proposta de concorrência	168
2	Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral	169
2.1	Usurpação de função pública	169
2.1.1	Usurpação de função pública qualificada	170
2.2	Resistência	171
2.2.1	Resistência qualificada pelo resultado	172
2.2.2	Concurso	173
2.3	Desobediência	173
2.4	Desacato	175
2.5	Tráfico de influência	179
2.5.1	Causa de aumento de pena	180
2.6	Corrupção ativa	180
2.6.1	Corrupção ativa qualificada	183
2.7	Contrabando ou descaminho	183
2.7.1	Contrabando ou descaminho por assimilação	184
2.7.2	Contrabando ou descaminho qualificados	186
2.8	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	186
2.9	Inutilização de edital ou de sinal	186
2.10	Subtração ou inutilização de livro ou documento	187
2.11	Sonegação de contribuição previdenciária	188
2.11.1	Extinção da punibilidade	189



2.II.2	Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa	190
2.II.3	Sonegação de contribuição previdenciária privilegiada	190
2.II.4	Parcelamento do débito	190
3	Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira	191
3.1	Noções gerais	191
3.2	Corrupção ativa em transação comercial internacional	191
3.2.1	Causa de aumento de pena	193
3.3	Tráfico de influência em transação comercial internacional	193
3.3.1	Causa de aumento de pena	194
3.4	Funcionário público estrangeiro	195
3.4.1	Funcionário público estrangeiro por equiparação	195
4	Dos crimes contra a administração da justiça	195
4.1	Reingresso de estrangeiro expulso	195
4.2	Denúnciação caluniosa	196
4.2.1	Denúnciação caluniosa qualificada	199
4.2.2	Denúnciação caluniosa privilegiada	199
4.3	Comunicação falsa de crime ou contravenção	199
4.4	Auto-acusação falsa	200
4.5	Falso testemunho ou falsa perícia	202
4.5.1	Causa de aumento de pena	204
4.5.2	Retratação	205
4.6	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete	205
4.6.1	Causa de aumento de pena	206
4.7	Coação no curso do processo	206
4.8	Exercício arbitrário das próprias razões	207
4.9	Subtração, supressão, destruição ou dano de coisa própria em poder de terceiro	209
4.10	Fraude processual	209
4.10.1	Fraude em processo penal	210
4.11	Favorecimento pessoal	210
4.11.1	Favorecimento pessoal privilegiado	212
4.11.2	Escusa absolutória	212
4.12	Favorecimento real	212
4.13	Exercício arbitrário ou abuso de poder	213



4.14	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	214
4.14.1	Figuras típicas qualificadas	215
4.14.2	Concurso material	216
4.14.3	Promoção ou facilitação culposa	216
4.15	Evasão mediante violência contra a pessoa	217
4.16	Arrebatamento de preso	218
4.17	Motim de presos	218
4.18	Patrocínio infiel	219
4.18.1	Patrocínio simultâneo ou tergiversação	220
4.19	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	222
4.20	Exploração de prestígio	223
4.20.1	Exploração de prestígio qualificada	224
4.21	Violência ou fraude em arrematação judicial	225
4.22	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	226
5	Dos crimes contra as finanças públicas	227
5.1	Generalidades	227
5.2	Contratação de operação de crédito	228
5.2.1	Operação de crédito irregular	229
5.3	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	229
5.4	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	230
5.5	Ordenação de despesa não autorizada	231
5.6	Prestação de garantia graciosa	232
5.7	Não-cancelamento de restos a pagar	233
5.8	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	234
5.9	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	235
	<i>Bibliografia</i>	237
	<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	241

